

Fatores para entender a demanda e o acesso às vagas do ensino superior no Paraná entre as décadas de 2000 e 2010¹

Maria Tarcisa Silva Bega²
Viviane Vidal Pereira dos Santos³

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

Neste artigo, temos como objetivo refletir sobre os principais fatores que podem ter interferido sobre a demanda e o acesso às vagas da educação superior no Paraná ao longo das décadas de 2000 e 2010. Nossa indagação parte da observação sobre os ciclos de expansão/redução de vagas ofertadas e de candidatos inscritos nos processos seletivos da Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 2004 a 2019. Para entender esse fenômeno, buscamos identificar processos históricos, políticos e demográficos a partir de um conjunto de informações sobre o estado do Paraná - dados do Censo da Educação Superior e dos Indicadores de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação. Elencamos como principais fatores a serem discutidos no artigo: a expansão do ensino superior como um todo, que ampliou a “cartela de opções” dos candidatos para além da UFPR; mudanças demográficas, com a redução do crescimento das faixas etárias em idade escolar/universitária; a conjuntura político-econômica vigente a partir de 2015, com a adoção de políticas de austeridade, entre elas a Emenda Constitucional 95 (Lei do Teto de Gastos), que interferiu sobre a oferta de educação superior. Acreditamos que, além das ações implementadas pela UFPR ao longo das últimas duas décadas para ampliar e diversificar seu perfil discente, a demanda e a oferta de vagas foram afetadas pelo conjunto dos fatores supracitados. E que, para identificar melhor os efeitos e ganhos das políticas de expansão e das ações afirmativas na referida instituição, precisamos considerar um contexto mais amplo de mudanças políticas, econômicas e demográficas que favoreceu ou não a democratização do ensino superior no Paraná.

Palavras-chave: ensino superior; expansão; democratização; Paraná; UFPR.

Introdução

O ensino superior no Brasil experimentou um processo de expansão ao longo das décadas de 2000 e 2010, especialmente com as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014). A literatura identifica que este

¹ GT 04 – Educação, diversidades, diferenças e inclusão social.

² Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, tarcisa.silva@gmail.com.

³ Doutoranda em Sociologia, Técnico-Administrativo em Educação, Universidade Federal do Paraná, vivivps@gmail.com.

processo ocorreu tanto no setor público quanto no privado, com programas para ampliação, reestruturação e criação de novas instituições de ensino superior, bem como programas de financiamento estudantil e oferta de bolsas de estudos com incentivos tributários às instituições privadas. Aliado a este processo, também se identificam as ações afirmativas para diversificação do perfil discente. Estas políticas, que em seu conjunto atuaram visando a democratização do ensino superior, vêm de demandas econômicas e de organismos e movimentos sociais, colocadas em nível internacional e nacional, sobre o papel que as universidades devem cumprir no século XXI: de um lado, a função de formar quadros profissionais para o mercado de trabalho, para o desenvolvimento científico e tecnológico das formas de produção; de outro, promover justiça social por meio do acesso à educação e ao conhecimento científico para grupos historicamente desfavorecidos nesse cenário (SGUISSARDI, 2006; PRATES e BARBOSA, 2015; MANCEBO *et al.*, 2015, FERES JÚNIOR *et al.*, 2018).

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) está inserida neste processo e pudemos identificar a expansão das vagas ofertadas na UFPR, por meio da criação de novos cursos e a instalação de campi, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e com o Sistema de Seleção Unificada (SISU); a adoção de ações afirmativas com o Plano de Metas para Inclusão Racial e Social - uma política própria; e a transição para a Lei 12.711 (Lei de Cotas), ao longo das décadas de 2000 e 2010. A partir dos primeiros resultados encontrados na pesquisa de doutorado⁴, notamos que, embora as vagas tenham sido ampliadas ao longo das duas décadas, houve uma diminuição no número de candidatos inscritos nos últimos processos seletivos (mais intensamente de 2017 em diante).

Para entender este fenômeno, pretendemos discutir nesse artigo alguns dos fatores que acreditamos que interfiram nesse processo. Tratamos da expansão geral do ensino superior no estado do Paraná, uma vez que a “cartela” de cursos e instituições ampliou nas últimas décadas. Para isso consultamos os dados das Sinopses do Censo da Educação Superior (2001-2019). Também buscamos refletir sobre os fatores

⁴ Pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, cujo objetivo é avaliar os efeitos das políticas para democratização sobre o perfil socioeconômico e educacional dos discentes aprovados em seus processos seletivos de 2004 a 2019.

demográficos e em que medida a redução da população em idade escolar e universitária pode interferir na redução do número de candidatos às vagas da UFPR. Neste caso, utilizamos os dados disponibilizados no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (2014-2020), que estabelece as diretrizes e metas para a política educacional. Por fim, abordamos alguns aspectos da conjuntura político-econômica, que desde 2015 representou uma mudança na agenda de investimentos públicos e políticas sociais que afetam diretamente a oferta de serviços educacionais.

Em síntese, esse artigo resulta de um esforço reflexivo sobre o desafio de analisar um período de aproximadamente 20 anos, sob o qual incidem fatores anteriores e concomitantes, internos e externos, que precisamos considerar. Logo, analisar os efeitos das políticas de democratização do ensino superior sobre a UFPR, implica considerar esses fatores de uma conjuntura dinâmica e que interferem na oferta e na demanda por ensino superior de modo geral no Paraná.

Expansão da Educação Superior no Paraná

O ensino superior público no Paraná se desenvolveu ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo na rede estadual. Tivemos a federalização da Universidade do Paraná em 1950, a criação de cinco universidades estaduais entre 1960 e 1990. Ao longo do século XX, enquanto a rede federal se concentrou em ofertar cursos superiores na capital do estado, a rede estadual, em sua constituição, operou no sentido da interiorização, para o desenvolvimento de outras regiões do estado e atender a demanda educacional local (ALTOÉ, 2007; STROPARO, 2017; CAMPOS, 2018).

Os dados referentes às duas primeiras décadas do século XXI refletem a descentralização dos papéis de atendimento à educação básica entre estados e municípios, e a centralização da educação superior na União, a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Enfim, esforços foram traçados no sentido de ampliar a oferta e reduzir desigualdades educacionais em nível básico e superior. A partir dos dados da Sinopse do Censo da Educação Superior, de 2001 a 2019, referente ao número de instituições, vagas ofertadas e candidatos inscritos apontamos o seguinte panorama observado no Paraná:

- *Oferta municipal e estadual*: houve redução da oferta de ensino superior em nível municipal, que já era minoria na rede pública, ofertando entre 1500 a 2 mil vagas por ano, passando a focar na educação infantil. Algumas instituições municipais foram fechadas, passando sua estrutura para a esfera estadual, assim como faculdades estaduais foram agregadas e transformadas em universidades estaduais. A rede pública de ensino superior no Paraná é historicamente estadual e interiorizada. Apenas nos últimos anos o protagonismo passou a ser da rede federal. Assim, iniciamos a década de 2000 com 16 instituições estaduais e quatro instituições municipais. Em 2019 passaram a ser apenas 7 instituições estaduais, todas universidades, e três instituições municipais. Em 2001 a rede estadual ofertava mais de 15 mil vagas, equivalente a 63% das vagas públicas. A rede estadual ampliou a oferta de vagas ao longo dos anos 2000, chegando a ofertar quase 20 mil vagas em 2010. No entanto, podemos dizer que estagnou ao longo da década de 2010 na média de 18 mil vagas ofertadas anualmente. Em relação aos candidatos inscritos para essas vagas, há uma variação entre 120 a 150 mil inscrições anuais entre 2001 e 2013. Entre 2014 e 2019 a variação sobe para 170 a 210 mil inscrições. Porém, observamos a redução das inscrições depois de 2016, quando havia 216.733 inscrições em vagas estaduais, o maior número observado na rede estadual. Em 2017 foram 206 mil inscrições, em 2018 caiu para 194.154 e em 2019 atingiu apenas 163.329.

- *Oferta federal*: observamos os efeitos da União como responsável pela educação de nível superior e dos investimentos em políticas de expansão e interiorização adotadas pelo governo federal entre 2000 e 2010, com a ampliação de vagas, cursos e instituições federais de ensino superior. A rede federal conta atualmente com quatro instituições: a UFPR, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA).

A UFPR passou pelo processo de expansão e interiorização com a implantação de *campi* no interior do estado e a abertura de novos cursos. Já a UTFPR e o IFPR são instituições criadas a partir de estruturas já existentes, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica, mas que também receberam investimentos para sua reestruturação e ampliação. A única instituição nova criada foi a UNILA, com um projeto político-pedagógico visando a integração de países do Mercosul pela educação superior.

Assim, em 2001 a rede federal ofertava apenas 7.102 vagas, o que representava 29,6% das vagas da rede pública. A partir de 2009 vemos mais objetivamente os reflexos do REUNI na expansão da UFPR e da UTFPR, bem como a criação do IFPR, pois as vagas ofertadas pela rede federal subiram para 10 mil, e em 2010 com a criação da UNILA, quando as vagas anuais chegaram a 12 mil. Em 2015 vemos outro salto para 19 mil vagas ofertadas, ano em que a oferta de vagas por instituições públicas passa a se concentrar na rede federal (48,5% contra 46,9% na rede estadual e apenas 4,6% na rede municipal). Em 2019 a rede federal ofertou pouco mais de 20 mil vagas, representando 50,5% da oferta da rede pública.

Em termos de demanda, medida pelo número de candidatos, precisamos destacar que a expansão das vagas entre 2001 e 2009 não se reverteu em aumento do número de candidatos, o que ampliou as chances de entrada. Apenas a partir de 2010 é que notamos um crescimento significativo na demanda por vagas na rede federal e temos por hipótese que esse aumento é decorrente da criação do SISU, adotado pelas instituições federais⁵. Se no ciclo 2001-2009 havia em média 70 mil inscrições para as vagas em instituições federais, só em 2010 esse número dobrou. De 2012 a 2015 as inscrições passaram de 260 mil, sendo que em 2014 chegou a atingir 364.857. Vale ressaltar que com o SISU, candidatos de todo o território nacional podem concorrer à s vagas ao realizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e acreditamos que esse seja um dos fatores que influenciam o aumento de inscrições em instituições federais no período. De 2016 em diante as inscrições começaram a diminuir chegando em 2019 a apenas 99.459 nas vagas da rede federal. Olhando proporcionalmente, a rede federal foi a que mais cresceu em número de vagas de 2001 para 2019.

⁵ Até 2009 a UFPR ofertava mais vagas que a UTFPR. A partir de 2010, quando esta adotou integralmente o SISU como forma de seleção, passou a ser a instituição federal que mais ofertava vagas. Desde 2015 a UTFPR oferta mais de 8 mil vagas anualmente, a UFPR cerca de 6500. O IFPR oferta em média entre 1500 e 2000 vagas e a UNILA pouco mais de 1400 vagas em cursos presenciais.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS E DE CANDIDATOS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA E POR ANO, O CENSO NO PARANÁ

Ano do Censo	Número de Vagas por categoria administrativa					Número de Candidatos por Categoria Administrativa												
	Instituições Federais		Instituições Estaduais		Instituições Municipais	Instituições Privadas		Total	Instituições Federais		Instituições Estaduais		Instituições Municipais	Instituições Privadas		Total		
2001	7.102	7,2%	15.183	15,3%	1.680	1,7%	75.096	75,8%	99.061	65.224	20,1%	149.093	45,9%	2.000	0,6%	108.262	33,3%	324.579
2002	6.857	5,4%	15.981	12,6%	2.010	1,6%	102.477	80,5%	127.325	70.401	20,3%	152.529	44%	2.707	0,8%	120.854	34,9%	346.491
2003	6.823	4,6%	17.777	12,1%	1.720	1,2%	121.116	82,1%	147.436	68.565	20,2%	124.428	36,7%	1.585	0,5%	144.710	42,6%	339.288
2004	7.093	4,6%	17.555	11,5%	1.787	1,2%	126.106	82,7%	152.541	62.847	18,6%	144.930	42,9%	2.017	0,6%	128.022	37,9%	337.816
2005	7.823	4,9%	17.482	10,9%	1.880	1,2%	132.558	83%	159.743	65.159	19,4%	119.382	35,5%	2.086	0,6%	149.271	44,4%	335.898
2006	7.713	4,5%	17.415	10,2%	1.498	0,9%	144.146	84,4%	170.772	64.845	19,1%	124.926	36,8%	2.008	0,6%	147.795	43,5%	339.574
2007	7.952	4,6%	17.371	10,0%	1.907	1,1%	146.896	84,4%	174.126	72.094	19,7%	126.073	34,4%	1.903	0,5%	166.436	45,4%	366.506
2008	8.380	4,7%	17.040	9,6%	1.830	1%	149.429	84,6%	176.679	64.655	18,0%	130.149	36,2%	1.826	0,5%	162.498	45,2%	359.128
2009	10.619	5,5%	18.424	9,6%	2.390	1,2%	161.295	83,7%	192.728	73.285	19,1%	131.918	34,5%	2.467	0,6%	175.252	45,8%	382.922
2010	12.511	6,4%	19.787	10,2%	2.675	1,4%	159.270	82%	194.243	140.289	30,8%	141.679	31,1%	2.077	0,5%	170.858	37,6%	454.903
2011	15.372	7,8%	19.565	9,9%	2.530	1,3%	160.867	81,1%	198.334	178.482	35,4%	142.587	28,3%	2.468	0,5%	180.698	35,8%	504.235
2012	15.048	7,4%	18.904	9,3%	2.160	1,1%	166.989	82,2%	203.101	286.137	45,7%	141.219	22,5%	2.655	0,4%	196.688	31,4%	626.699
2013	14.585	6,1%	18.890	7,9%	2.110	0,9%	202.448	85%	238.033	293.298	43,8%	138.836	20,7%	2.813	0,4%	235.161	35,1%	670.108
2014	16.331	7,9%	18.663	9,1%	2.096	1,0%	168.564	82%	205.654	364.857	47,2%	171.708	22,2%	1.872	0,2%	235.356	30,4%	773.793
2015	19.102	8,5%	18.479	8,2%	1.810	0,8%	185.016	82,4%	224.407	263.583	35,2%	185.334	24,8%	1.477	0,2%	298.076	39,8%	748.470
2016	18.769	8,5%	18.352	8,3%	1.857	0,8%	182.487	82,4%	221.465	219.224	29,8%	216.733	29,5%	1.281	0,2%	297.584	40,5%	734.822
2017	19.508	8,7%	18.186	8,1%	1.710	0,8%	184.050	82,4%	223.454	123.736	19,2%	206.000	31,9%	1.208	0,2%	314.461	48,7%	645.405
2018	20.051	9,1%	18.367	8,3%	1.840	0,8%	181.173	81,8%	221.431	102.734	16,7%	194.154	31,6%	1.415	0,2%	315.348	51,4%	613.651
2019	20.206	9,3%	18.158	8,3%	1.650	0,8%	177.966	81,6%	217.980	99.459	17,9%	170.555	30,8%	1.433	0,3%	282.867	51%	554.314

Fonte: INEP (2022a). Adaptado pelas autoras (2022).

Oferta privada: os investimentos do governo federal não se deram apenas no setor público, pois com o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)⁶ tivemos uma ampliação significativa de oferta de vagas e também a criação de instituições na rede privada de ensino superior. Em relação às instituições, totalizavam 90 no ano de 2001 e chegaram a 182 em 2018. Em 2019 reduziram para 177. Trata-se sobretudo de instituições de menor porte e complexidade, como faculdades, mas também houve a criação de centros-universitários e estruturação de universidades. Em 2001, essas 90 instituições foram responsáveis pela oferta de 75 mil vagas, equivalente a 75,8% do total ofertado no estado. Em 2019, foram ofertadas 177.966 vagas pelo conjunto das 182 instituições, representando 81,6% do total ofertado no estado. Enquanto a rede pública aumentou 1,7 vezes o número de vagas ofertadas, a rede privada aumentou 2,4 vezes de 2001 a 2019. O pico do número de vagas privadas foi alcançado em 2013 quando atingiu 202.448 vagas (85% do total das vagas). Manteve-se numa média de 180 mil vagas ofertadas entre 2015 e 2018, com uma leve redução nos últimos dois anos.

Em relação à demanda por vagas, medida pelo número de candidatos, no período 2001-2016 as inscrições ficavam concentradas nas vagas da rede pública, em média 65%. Comparativamente, vemos que entre 2005 e 2009 a proporção de candidatos fica mais dividida entre as vagas públicas e privadas (em média 55% em vagas da rede pública e 45% da rede privada). É um período que, apesar de não ter havido crescimento significativo de candidatos na rede pública, houve na rede privada, provavelmente com a criação do PROUNI em 2005. Já o ciclo 2010-2016 conta com a ampliação do FIES e com os investimentos na rede federal com o REUNI, ambos a partir de 2010. Além disso, houve a aprovação da Lei de Cotas em 2012. Com isso, vemos um aumento geral de candidatos inscritos, tanto para vagas públicas quanto para vagas privadas, mas a rede pública eleva a proporção de inscrições para a média de 65%. Em 2017 essa média cai para 51,3%. A partir de 2018 ocorreu uma inversão na proporção e a rede privada passou a receber 51% das inscrições que se manteve em 2019.

⁶ O FIES, criado em 1999 e ampliado em 2010, com crescimento significativo até 2014. Pelo programa é possível financiar até 100% do valor das mensalidades. O PROUNI foi criado em 2005 para concessão de bolsas de 50 ou 100% no valor das mensalidades. Em contrapartida, as instituições privadas de ensino superior recebem isenção de impostos federais (MIRANDA; AZEVEDO, 2020).

Oferta à Distância: embora não seja o foco deste artigo, precisamos destacar o crescimento do Ensino à Distância. Em 2001, por exemplo, o Brasil ofertou 6.856 vagas em cursos EaD. Só no Paraná foram ofertadas 2.140 vagas, cerca de 30%. Em 2019 foram ofertadas 7.805.840 vagas, sendo 1.451.855 de instituições localizadas no Paraná. Essas vagas em cursos à distância se concentram na rede privada. São cursos mais baratos e, pela flexibilidade de horário e localização, atraindo em grande parte estudantes que precisam conciliar os estudos com o trabalho e demandas domésticas. Em 2001, das mais de 3 milhões de matrículas na graduação, apenas 0,17% eram em cursos à distância. Em 2019, houve 8,6 milhões de matrículas em cursos de graduação, sendo 25% no ensino à distância. No Paraná, esses percentuais são maiores, 1% em 2001 e 34,8% em 2019.

Fatores demográficos e político-econômicos

O Brasil vem passando por um processo de transição demográfica, iniciado na segunda metade do século passado e intensificado no século XXI. Isso significa a redução da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Alguns dos fatores que contribuem para essa mudança são a queda da fecundidade e o aumento da expectativa de vida, ocorridos em função dos avanços científicos, políticos e sociais, que impactaram no desenvolvimento de métodos contraceptivos, de tratamentos de doenças, na ampliação dos serviços de saúde e saneamento, bem como nas mudanças nos padrões familiares e na ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho (BRITO, 2008).

De acordo com Brito (2008), em um cenário “ideal”, se mantidas as políticas de ampliação da oferta de serviços sociais de educação, saúde e previdência, entraríamos em uma “janela de oportunidades”, na medida em que a demanda por esses serviços desafogaria e seria possível democratizar e até universalizar alguns serviços, como a educação.

Para identificar esse processo de redução da população jovem em um cenário de ampliação da cobertura educacional, analisamos os indicadores para acompanhamento das metas do PNE (2014-2024) a respeito do Ensino Médio e do Ensino Superior. Em relação ao ensino médio, consultamos os dados da taxa líquida de matrículas, medida

pela proporção de jovens entre 15 e 17 anos matriculados nesta etapa ou que tenham concluído a Educação Básica⁷. Quanto mais próxima de 100% estiver essa taxa, há um indicativo de que os jovens estão conseguindo cursar a educação básica no tempo esperado e que outros indicadores, como abandono ou distorção entre idade e série, estão reduzindo. De acordo com Silva (2020), em 1995 apenas 25% dos estudantes tinham entre 15 e 17 anos.

A partir dos dados vemos que o estado do Paraná acompanha um movimento nacional. No Brasil, em 2012, havia pouco mais de 6,8 milhões de jovens entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio ou que tinham concluído a educação básica. Isso representava 63,9% do público-alvo a ser atingido. Em 2016 o número de jovens incluídos subiu para pouco mais de 7,4 milhões e o percentual atingiu 69,8% do público-alvo. Em 2019 vemos uma melhora na taxa líquida de matrícula para 73,1%, mesmo com a redução na cobertura educacional em números absolutos para 6,5 milhões, pois o público-alvo também reduziu para 9,5 milhões. Já no Paraná, em 2012, a população incluída era de 398.387 ou 68,7% da população nessa faixa etária. Em 2016, a população incluída subiu para 421.246 e a taxa líquida de matrícula subiu para 73,2%, significando aumento da cobertura educacional. De 2017 em diante os números absolutos da população incluída foram reduzindo, mas como também houve uma redução nos números absolutos do público-alvo, a taxa líquida de matrícula subiu para 78,1%.

⁷ Meta 3 do PNE (2014-2014): “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”. (BRASIL, 2014) Essa meta possui dois objetivos que são monitorados por dois indicadores. O primeiro (3A) é que 100% dos jovens de 15 a 17 anos estejam matriculados na escola ou que tenham concluído a educação básica, o segundo (3B) é que 85% desses jovens estejam matriculados ou tenham concluído especificamente o ensino médio (taxa líquida). Ambos são calculados a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). (INEP, 2022c)

Tabela 2 - Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava o Ensino Médio ou havia concluído a Educação Básica, por Brasil e Paraná – 2012-2019

Ano de referência	Brasil			Paraná		
	Público da Meta (N)	População Incluída (N)	População Incluída (%)	Público da Meta (N)	População Incluída (N)	População Incluída (%)
2012	10.779.114	6.886.241	63,9%	579.476	398.378	68,7%
2013	10.530.175	6.862.617	65,1%	554.768	379.824	68,5%
2014	10.443.841	7.018.101	67,2%	556.305	404.949	72,8%
2015	10.538.983	7.182.965	68,1%	551.149	405.859	73,6%
2016	10.627.810	7.426.525	69,8%	575.830	421.246	73,2%
2017	10.415.486	7.302.880	70,1%	531.701	403.941	76,0%
2018	9.744.359	6.919.093	71,0%	494.354	373.686	75,6%
2019	9.511.649	6.955.225	73,1%	460.760	359.839	78,1%

Fonte: (INEP, 2022b). Adaptado pelas autoras (2022).

É importante destacar que a melhora nas taxas líquidas de matrícula, no Brasil e no Paraná, não representa, necessariamente, a conclusão desta etapa escolar, ainda mais se considerarmos também o contexto de crise econômica, no qual muitos jovens não prosseguem seus estudos no ensino superior, pois precisam procurar trabalho. E quando olhamos a melhora nos indicadores, precisamos somar a esse contexto as políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, que colocou como condicionalidade as matrículas de crianças e adolescentes em escolas, possibilitando a permanência e dedicação dos jovens aos estudos, reduzindo a evasão escolar.

Para aqueles que prosseguem seus estudos, houve um aumento da “cartela” de opções de instituições e cursos, tanto no Paraná, como nos demais estados, no público e no privado, e de cursos presenciais e à distância, como vimos na seção anterior. Assim, os indicadores da Meta 12 do PNE (2014-2024)⁸, sobre as taxas bruta e líquida de matrículas, indicam a transição do ensino superior brasileiro de um sistema de elites para um sistema de massas⁹. Embora essas taxas sejam sintéticas, na medida em que não

⁸ Indicador 12A: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento). Indicador 12B: Elevar a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos. Indicador 12C: Assegurar a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público. (BRASIL, 2014; INEP, 2022d)

⁹ Baseando-se na teoria de Martin Trow (2005) de que a massificação da educação superior é atingida quando a taxa líquida de matrículas atinge de 16 a 50%, estando consolidado o sistema de massas quando ultrapassa 30%.

demonstram as segmentações do ensino superior brasileiro, tampouco das desigualdades de acesso em relação à renda, raça, gênero, dentre outras dimensões, possibilitam, dentro dos propósitos deste artigo, refletir sobre os fatores demográficos.

A tabela a seguir mostra os dados para o Brasil e o estado do Paraná em relação à taxa bruta e a taxa líquida de matrículas em 2013 e 2020. A taxa bruta diz respeito às matrículas no ensino superior, independentemente da idade e a taxa líquida trata das matrículas de pessoas entre 18 e 24 anos, idade teórica esperada para cursar essa etapa educacional. Podemos ver que houve redução da população entre 18 e 24 anos tanto em nível nacional como no estado, na medida em que aumentou o número de pessoas matriculadas ou que tenham concluído a graduação. Com isso, observamos a melhora na taxa bruta de matrículas que subiu de 32% em 2013 para 40,7% em 2005. No Paraná, era 34,2% em 2013, ligeiramente maior que a taxa nacional, e conseguiu atingir a meta de 50% já em 2020. Também houve melhora na taxa líquida, pois em 2013, no Brasil, era apenas 20,5% e, no Paraná, 25,1%. Em 2019 o Brasil atingiu 28%, ainda abaixo da meta estabelecida, e o Paraná atingiu 35,7%, acima da meta. Lembrando que a meta é que esses percentuais sejam atingidos até 2024.

Tabela 3 - Taxas de matrícula na Educação Superior no Brasil e no Paraná, 2013-2020

Localidade		Pessoas de 18 a 24 anos	Pessoas de qualquer idade que frequentam cursos de graduação	Taxa bruta de matrícula (Indicador 12A)	Pessoas entre 18 e 24 anos que frequentam ou concluíram cursos de graduação	Taxa líquida de matrícula (Indicador 12B)
Brasil	2013	22.324.833	7.148.042	32,0%	4.584.145	20,5%
	2020	21.570.732	8.785.113	40,7%	6.042.262	28,0%
Paraná	2013	1.189.893	407.192	34,2%	299.186	25,1%
	2020	1.105.200	553.057	50,0%	394.643	35,7%

Fonte: INEP (2022d). Adaptado pelas autoras (2022).

Mesmo com a melhora desses indicadores, precisamos considerar que o acesso à educação superior no Brasil na idade teórica (18 a 24 anos) ainda é um fator de desigualdade. Sendo assim, se o ensino superior experimenta um processo de expansão, pessoas fora da idade teórica também passam a ter mais acesso. Logo, mesmo que haja redução da população jovem, em termos demográficos, há um contingente de pessoas

fora dessa faixa etária que passaram a cursar o ensino superior. Assim, na medida em que os indicadores educacionais vão melhorando, o número de pessoas fora dessa faixa etária que cursam ou concluem a primeira graduação tenderá a diminuir.

Embora a transição demográfica tenha sido apontada como uma “janela de oportunidades” pelos demógrafos, um novo cenário se colocou no Brasil a partir de 2014, desafiando a manutenção desse processo de ampliação dos serviços sociais. Após passar por um cenário vertiginoso de oferta de serviços educacionais, sobretudo entre 2003 e 2014, a partir da segunda metade da década de 2010 o setor educacional começou a sofrer cortes importantes em seu orçamento.

Em 2014, Dilma Rousseff foi eleita para seu segundo mandato presidencial, em meio a uma crise política e econômica. No primeiro ano de governo, em 2015, já tentava adotar políticas para ter mais credibilidade do mercado, dentre elas, cortes no orçamento da educação, após mais de uma década de investimentos massivos na área, que atingiram os setores público e privado. (ROSSI et al, 2019) Esse cenário de crise político-econômica se intensificou com o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a tomada de poder pelo seu vice, Michel Temer. Durante o período de atuação de Temer (2016 a 2018), ficou evidente que o enfrentamento da crise econômica seria por meio da redução dos gastos do Estado na oferta de serviços sociais (saúde, educação e previdência). Logo, foram emplacadas a reforma da previdência social e a reforma trabalhista. (ROSSI et. al, 2019)

Um dos marcos dessa nova agenda econômica foi a Emenda Constitucional 95, mais conhecida como Lei do Teto de Gastos, proposta pelo então presidente Michel Temer, aprovada no congresso em 2017. Basicamente, houve uma desvinculação dos percentuais mínimos previstos na Constituição de 1988 para investir em educação e saúde pela União, e um novo regime fiscal passou a definir os gastos públicos. Deixou-se de ter os percentuais vinculados ao PIB e ao número de habitantes e passou a operar a partir de um teto fixado pelos valores de 2017 e com previsão de reajuste da inflação, “medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)” (ROSSI et al., 2019, p. 10).

Na prática, esse ciclo de austeridade, iniciado em 2015 e agravado pela EC95, representou uma redução nos gastos federais com educação: em 2016 6,5% do total gasto

pelo governo foi destinado à Educação e em 2019 esse percentual caiu para 5,2%. Tomando as Instituições Federais de Ensino Superior como exemplo, em 2015 foram pagos 2,163 bilhões de reais para as IFES e em 2019 esse número caiu para 824 milhões. Esses cortes impactam, por exemplo, na oferta de bolsas de permanência estudantil para alunos com vulnerabilidade econômica (MUGNATTO, 2021).

Em um contexto cuja educação se torna cada vez mais central na distribuição das posições ocupacionais e sociais, de bens, serviços, informação e direitos, a conjuntura político-econômica impõe maiores dificuldades para que os jovens tenham condições de se manter estudando e vislumbrando maiores e melhores oportunidades econômicas e sociais.

Conclusões

Nesse artigo nos propusemos a refletir sobre fatores vinculados à demanda por educação superior no Paraná. Em relação à expansão desta etapa, como um todo, notamos o investimento do governo federal na ampliação de instituições e vagas públicas federais e privadas ao longo da década de 2000 e dos primeiros anos de 2010. A demanda também cresceu, principalmente entre 2010 e 2014, visto que o cenário de oportunidades se mostrava favorável tanto no setor público quanto no setor privado. De 2015 em diante, notamos uma redução significativa no número de candidatos em vagas públicas, ao passo que a rede privada continuou crescendo. Ainda que o número de candidatos possa representar mais de uma vez um mesmo indivíduo, os números evidenciam a perda no setor público.

Para pensar o caso específico da UFPR, uma das nossas hipóteses é que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) seja um fator importante, visto que a partir do mesmo exame é possível concorrer a vagas de instituições federais e privadas. No caso das instituições públicas paranaenses, apenas a UTFPR adotou o SISU como único processo de seleção. Na UFPR, do total das vagas ofertadas pela instituição, apenas 20% são destinadas ao SISU. Assim, para concorrer a maior parte das vagas da UFPR é preciso prestar o processo seletivo tradicional da instituição. Em 2016 houve um aumento de 50% sobre a taxa de inscrição (de R\$ 80,00 para R\$ 120,00), o que pode ter

afetado essa queda de candidatos, pois vivenciamos um cenário de crise econômica, desemprego e perda do poder de compra. No caso do ENEM, mudanças no sistema de isenção da taxa que, até 2018, era automática para estudantes de escolas públicas e de famílias de baixa renda, passou a ser concedida a partir de solicitação prévia, que após a análise pode ou não ser aprovada. Ainda que não tenhamos analisado dados mais recentes (2020 a 2022) e os efeitos da pandemia, outros pesquisadores vêm apontando uma queda considerável nas inscrições do SISU (RATIER, 2022).

Se os fatores demográficos poderiam operar positivamente, o cenário político-econômico impõe barreiras à “janela de oportunidades”. Com os cortes no orçamento da educação pública, especialmente às Instituições Federais de Ensino Superior, as instituições acabam tendo que operar por outros meios para conseguir recursos, com o aumento da taxa de inscrição de seus processos seletivos, reforçando o projeto neoliberal que permeia as instituições públicas para que atuem como empresas, captem seus recursos encontrem seus meios de sobrevivência. Outro fator, mais desafiador para se medir, que não trabalhamos no artigo é o processo de desqualificação moral do ensino superior público, intensificado pelos ministros da educação do governo de Jair Bolsonaro.

Assim, afastamos a força dos fatores demográficos sobre essa queda nas inscrições, na medida em que o setor público é o mais afetado. E, com os mecanismos de acesso ao ensino superior (vestibular e ENEM) mais caros e inacessíveis, estamos impondo mais limites à democratização, na medida em que é no setor privado que estão sendo ofertados cursos em horários flexíveis (noturno e EaD), buscados pelos estudantes que precisam conciliar trabalho e estudo. Mesmo com as conquistas em ampliação e reserva de vagas, talvez estejamos expelindo das inscrições justamente o público-alvo de tais políticas.

Referências

ALTOÉ, N. **As Universidades Estaduais do Paraná: os caminhos da heteronomia.** Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Tese de Doutorado em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007 Disponível em

<https://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/URETUKPRJIXI.pdf> Acesso: 29 abr. 2022

BARBOSA, M. L. O. Destinos, Escolhas e a Democratização do Ensino Superior. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 14, nº 31, p. 256-286, set./dez. de 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n31p256/31533>> Acessado: 15 mai. 2021.

BRITO, Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YZN87LBgMWZwKjFhYLCy4dx/?format=pdf&lang=pt>> Acesso: 01 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 120-A, 26 de junho de 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso: 04 mai. 2020.

CAMPOS, N. Ensino Superior no Paraná (1949-2013). In: ROIZ, D. S. (Ed.). **A Educação em Perspectiva Histórica: temas e problemas**. Serra: Editora Milfontes, 2018, p. 67-98
Disponível em: <<https://editoramilfontes.com.br/acervo/A%20Educacao%20em%20Perspectiva%20Historica.pdf#page=68>> Acesso: 29 abr. 2022.

COSTA, S. Estrutura Social e Crise Política no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 61, n. 4, p. 499-533, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/T7sNNKHBwkzqckLBcycsjcF/?lang=pt&format=pdf>> Acesso: 5 jun. 2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2002-2019. Brasília: Inep, 2022a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso: 04 mai. 2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação 2014-2024. 2022b. Disponível em < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>> Acesso: 04 mai. 2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ficha Técnica Meta 3. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação. 2022c. Disponível: <https://inepdata.inep.gov.br/analyticsRes/res/pne/ficha_tecnica/FICHAS%20TECNICAS_03.pdf> Acesso: 04 mai. 2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ficha Técnica Meta 12. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do

Plano Nacional de Educação. 2022d. Disponível: <https://inepdata.inep.gov.br/analyticsRes/res/pne/ficha_tecnica/FICHAS%20TECNICAS_12.pdf> Acesso: 04 mai. 2022.

MANCEBO, D., MARTINS, T. B., VALE, A. A. Políticas de Expansão do Ensino Superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>> Acesso: 10 mai. 2021

MIRANDA, P. R., AZEVEDO, M. L. N. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? **Revista Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 3, e1421, p. 1-19, set./dez. 2020. Disponível em <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1421/3245>> Acesso: 20 mai. 2022

MUGNATTO, S. Universidades têm queda de investimentos constante desde 2015. **Câmara dos Deputados**. 04 jun. 2021. Agência Câmara Notícias, Educação, Cultura e Esportes. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/768428-universidades-tem-queda-de-investimentos-constante-desde-2015/>> Acesso: 10 mai. 2022.

PRATES, A. A. P.; BARBOSA, M. L. O. A Expansão e as Possibilidades de Democratização do Ensino Superior no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 327-339, mai./ago. 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19900/12678>> Acesso: 15 mai. 2021

ROSSI, P., OLIVEIRA, A. L. M., ARANTES, F., DWECK, E. Austeridade Fiscal e o Financiamento da Educação no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 40, e0223456, p. 1-20, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/kPwjLRdn8xtJwxpt4T8R4NH/?lang=pt>> Acesso: 17 mai. 2022.

RATIER, R. Seis razões para a queda de 60% nas inscrições em universidades federais. **UOL**, 23 mai. 2022. Ecoa UOL. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2022/05/23/seis-razoes-para-a-queda-de-60-nas-inscricoes-em-universidades-federais.htm>> Acesso 23 mai. 2022.

SILVA, M. R. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o Ensino Médio? **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 274-291, abr./jun. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mqfqFrxbKWWpcjhwrGNqsgn/?lang=pt&format=pdf>> Acesso: 20 mai. 2022

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889,

out./dez. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000400867&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso: 10 mai. 2021.

STROPARO, E. J. **As Motivações pela Interiorização do Ensino Superior no Paraná.** 2017, 159f. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Tese de Doutorado, Curitiba, 2017. Acesso: 10 mar. 2022.

TROW, M. A. Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII. In: eScholarship Repository, University of California, p. 1-66, 2005. Disponível em: <<https://cloudfront.escholarship.org/dist/prd/content/qt96p3s213/qt96p3s213.pdf?t=kr070m>> Acesso: 10 set. 2018.